

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES DO CAMPO E CIDADE SOB A ÓTICA DA
MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA

Monica Cargnin, Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 43, n.2, Dezembro, 2016.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/59041>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - Dezembro, 2016.

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Seção Porto Alegre, RS, Brasil.

Boletim Gaúcho de Geografia

A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES DO CAMPO E CIDADE SOB A ÓTICA DA MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA

Monica Cargnin

Doutoranda em Geografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Bolsista CAPES, monicacargnin@gmail.com.

Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRGS, luiz.fontoura@ufrgs.br

RESUMO

As transformações no campo são percebidas, não necessitando muitos conhecimentos prévios das atividades desenvolvidas nesse espaço, pois a paisagem passa por alterações a todo o momento. Os agentes urbanos tornam-se responsáveis por tais alterações da vida no campo. Nesse sentido, o artigo busca realizar uma reflexão da relação do espaço urbano com o espaço rural. Entende-se que, a partir do momento em que o homem admite compor a sociedade urbana, compreende-se a sua influência na artificialização dos espaços. A relação campo/cidade não pode ser estudada de forma dissociada, pois após o evento da industrialização os laços entre as atividades do campo e as da cidade tornaram-se interdependentes. Com a modernização, tornou-se possível potencializar a produção agrícola via artificialização das etapas do tempo da natureza com uso de técnicas e uso massivo da mecanização agrícola. Com isso, as cooperativas, em especial, passaram a atuar no ramo do agronegócio como facilitadoras no processo de industrialização do rural, sendo as principais responsáveis pela implantação da infraestrutura de armazenagem, transportes e comercialização da produção. No entanto, a melhoria nas condições do modo de vida urbano não contempla a todos no espaço rural, podendo ser intensificadas as diferenças socioeconômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização na agricultura. Campo. Cidade. Cooperativa agropecuária.

1. INTRODUÇÃO

O processo de industrialização estabeleceu uma nova ordem na relação entre cidade e campo. As formas e as relações de trabalho no campo passam a compreender a lógica de organização da sociedade urbano/industrial.

As principais diferenças entre os espaços de produção no meio rural e no meio urbano centram-se nos diferentes tempos: o tempo da natureza e o tempo da produção industrial. Na agricultura, a terra é o principal meio de produção; na cidade, a terra é apenas mais uma mercadoria. Nesse contexto, o agricultor deve atender às demandas do meio urbano, levando em consideração o tempo da produção industrial e, ao mesmo tempo, o parâmetro do trabalho com a terra ainda é muito marcado com o tempo da natureza. Entretanto, para atender ao tempo acelerado do meio urbano, utiliza-se dos artifícios industriais dos tempos modernos para produzir. Assim, torna-se inevitável a utilização de insumos agrícolas como fertilizantes e amplas listas de agroquímicos, como inseticidas, fungicidas, herbicidas, entre outros, visando acelerar o tempo da natureza e ampliar, cada vez mais, a produtividade agrícola.

A sociedade urbano/industrial desenvolveu-se, tendo por base a informação, na época reconhecida como conhecimento científico, que continua a ser ferramenta insubstituível para a sociedade na contemporaneidade.

Nesse contexto, as cooperativas são as principais articuladoras no planejamento moderno, e buscam projetar e articular a modernização da agricultura com a indústria, onde o uso da técnica, da informação são influenciadores no processo de artificialização da natureza e das transformações decorrentes desse processo no campo.

2. ALGUNS PONTOS PARA REFLETIR SOBRE A RELAÇÃO CAMPO/CIDADE

As transformações no campo podem ser percebidas, não necessitando de muitos conhecimentos prévios sobre as atividades desenvolvidas nesse espaço, pois a paisagem passa por mudanças a todo o momento. Os agentes urbanos tornam-se os responsáveis por tais alterações da vida no campo, tanto que as áreas agrícolas passam a ser utilizadas de acordo com suas potencialidades pressionadas pelas demandas de mercado. No sentido de minimizar este processo transformador, surgem as áreas de parques de preservação atrelados ao contexto urbano/industrial.

Pode-se perceber que o resultado da produção no espaço urbano é a artificialização da natureza, transformando, no rural, o tempo da natureza, ou seja, lento em tempo acelerado. O tempo da produção industrial torna-se um parâmetro para o urbano e para o rural. Na medida em que ocorre a intensificação da produção no urbano, o seu tempo de produção é rápido e, no rural é lento, harmonizado ao tempo da natureza que está cada vez mais sendo alterado pelo uso das técnicas exigidas pelo contexto urbano/industrial. Portanto, aceitar o contexto vivenciado ao tempo da sociedade urbana é também admitir a artificialização do meio.

A sociedade rural precede a sociedade urbana então podemos afirmar que o meio urbano surge da artificialização do meio rural, ou seja, a aceleração do tempo da natureza. Para refletir sobre os limites existentes entre o urbano e o rural, é possível afirmar que o urbano está dentro do rural, ou então, o rural está dentro do urbano? Como podemos entender ou definir como e quando ocorre esse processo? Permanece a oposição campo/cidade?

De acordo com Maria Izaura Queiroz, a qual indica um direcionamento para reflexões primordiais acerca do entendimento da relação urbano/rural:

Desta forma, o problema da Sociologia Rural adquire nova dimensão; o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte do conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade. Do mesmo modo, toda a Sociologia Urbana não pode deixar de englobar também o aspecto rural ao formular seus problemas, pois a cidade está sempre implantada no campo, tendo para com este relações de variadas formas, desempenhando funções diferentes em relação a ele, conforme o caso (QUEIROZ, 1978, p. 51).

Essa relação dinâmica entre o rural e o urbano esteve caracterizada por oscilações econômicas que balizaram mudanças nas relações de produção marcadas pela realidade urbano/industrial. Nesse contexto de transformações tornou-se visível dois pontos de inflexão que marcaram profundas mudanças. O primeiro deles está relacionado à mudança do modo de vida baseado na sociedade agrária sendo substituído gradativamente pelo modo de vida da sociedade urbana. O segundo ponto de inflexão refere-se à implosão-explosão do urbano-industrial em que a industrialização transformou espaços e, também foi transformada (LEFEBVRE, 1999).

Esses pontos de inflexão indicam mudanças importantes nas relações socioeconômicas e tecnológicas entre o rural e o urbano. A realidade do modo de vida urbano/industrial se consolida e se torna dominante, passando a direcionar

novas formas de organização espacial. Novos marcos econômicos são percebidos no Brasil e no mundo através, por exemplo, da industrialização moderna e das territorialidades de grandes empresas.

No Estado do Rio Grande do Sul (RS), a agricultura tem ocupado ao longo do tempo uma posição de relevância. Historicamente o desenvolvimento da agricultura passou por diversas etapas evolutivas. Pode-se dizer que houve alguns momentos de expansão e outros de retração ligados a fatores internos e externos, (clima, exigências do mercado, preço do dólar, dentre outros) que influenciaram, direta ou indiretamente, no setor primário gaúcho.

Essas mudanças foram percebidas mais nitidamente no setor agrícola, após os anos 50, período posterior à segunda Guerra Mundial com a retomada ao desenvolvimento industrial, o qual passou a absorver a revolução tecnológica de forma limitada e mais lentamente se comparado ao crescimento industrial. Assim, a agricultura tradicional transformou-se gradativamente em agricultura moderna. Aquela consistia na utilização intensa da fertilidade natural do solo e do uso de mão de obra familiar, ao passo que a última passou a fazer o uso intensivo de tecnologias atualizadas como: máquinas, implementos, equipamentos, técnicas sofisticadas e insumos modernos (BRUM, 1988).

No entanto, foi a partir de 1956 que, em função da mudança do padrão de acumulação no Estado, período marcado pela estagnação, descapitalização e retrocesso do setor rural, onde a agricultura passou a absorver as tecnologias produzidas via setor industrial. Naquele período, o meio rural tornou-se mais dependente do urbano, e essa dependência foi irreversível, pois a indústria fez a intermediação da produção fornecendo os insumos e a tecnologia.

Assim, a relação campo/cidade não pode ser estudada de forma dissociada, pois após o evento da industrialização os laços entre as atividades do campo e as da cidade tornaram-se interdependentes. Essa relação pode ser vista de forma positiva ou negativa, dependendo da forma como se quer analisar, ou seja, se for levar em consideração como ponto de partida a pequena unidade familiar com produção agrícola, sem o uso da mecanização, poderia ser avaliada mais pelas consequências negativas que o processo de industrialização trouxe para a mesma. Entretanto, para o empresário rural, o processo da mecanização proporcionado pela modernização foi bem visto, bem como a consequente produção em massa.

Com a modernização, tornou-se possível potencializar a produção agrícola através da artificialização das etapas do tempo da natureza com o uso de técnicas e o uso massivo da mecanização agrícola.

Por outro lado, para a pequena propriedade familiar, o uso racional do seu espaço produtivo como a utilização das práticas e técnicas adequadas, são condições para permanecer existindo mesmo em tempos em que se tornou necessidade o uso massivo da mecanização e de agroquímicos. Um exemplo de atividade rural que ainda permanece com o uso do tempo lento da natureza, foi visto no espaço rural de Porto Alegre/RS, na saída de campo da disciplina de modernização na agricultura e a relação campo e cidade (PPGGeografia/UFRGS). Em duas pequenas propriedades familiares com produção de hortaliças para feira agroecológica, organizada pelos próprios produtores e pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. Além dessa atividade, os dois sítios visitados, com menos de 3 hectares, recebem grupos de pessoas para conhecerem e acompanharem a rotina das atividades cotidianas rurais, sendo uma alternativa de complementação da renda familiar e uma forma de manter o vínculo das relações urbano e rural.

Essa realidade da pequena unidade familiar é possível ainda persistir e, no entanto, é um trabalho árduo e que exige determinação em permanecer no espaço rural. Com esse cenário, o campo torna-se visado pelos atrativos naturais que dispõe, principalmente pela população urbana, para a busca de descanso, ficando um pouco distante do tempo acelerado que convive diariamente.

A sociedade urbana criou a necessidade de busca por espaços de lazer em meio à natureza no meio rural, criando áreas e parques de preservação, hotéis-fazenda, dentre outros, devido à pressão do tempo/produção. As relações rural-urbanas ultrapassam as relações técnicas e econômicas, onde um espaço passa a ser o espaço de lazer do outro em oposição às atividades cotidianas.

Por outro lado, há cidades que não acompanharam o processo de urbanização moderno, tornando-se locais, afastadas da modernização ocorrida no campo, não tendo uma relação direta com as atividades do meio rural. Sendo assim, não apresentam uma relação direta com as atividades do meio rural, mas oferecem espaços de lazer à população rural local.

Em oposição a estas cidades desvinculadas das atividades do campo, existem aquelas que progridem se a atividade de produção do campo obtiver sucesso, sendo pontos de ligação de uma rede maior no que se refere ao fornecimento de insumos, de tecnologia e de informação técnica para a agricultura e, também, compõem parte do mercado consumidor. E, são nessas cidades que se oferecem serviços de apoio tecnológico às atividades rurais. Nesse aspecto, entram as cooperativas agropecuárias que funcionam como pontes necessárias para as negociações dos insumos, da tecnologia, da informação técnica, além do recebimento, armazenagem

da produção, sendo também responsáveis pela comercialização e pela logística dos produtos agrícolas de seus associados. Assim, as organizações cooperativas participam da organização socioeconômica do espaço em que estão inseridos fortalecendo as relações entre o meio rural e o urbano.

Nesse esquema de organização de redes, cada empreendimento toma parte de um território e passa a desempenhar sua função, por exemplo, na divisão e especialização do trabalho. O que impulsiona a divisão do trabalho é a informação que, aliada à técnica torna-se imprescindível para o trabalhador que vive no meio e permaneça na atividade. E mais, a agricultura faz uso de alta tecnologia e há uma indústria voltada para isso, possibilitando à agricultura brasileira ser uma das mais evoluídas no mundo em termos de tecnologia.

Nesse sentido, Milton Santos ressalta a importância das técnicas e da informação:

Com a indústria, esta tendência se acentua ainda mais, graças às técnicas de que o homem passa a dispor, já que estas interferem em todas as fases do processo de produção, através das novas formas de energia comandadas pelo homem. Hoje, o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação, (SANTOS, 1996, p.106).

A informação torna-se ferramenta para o planejamento atual das atividades do campo de forma a articular a modernização da agricultura com a indústria, visando à produção de forma mais rápida e, portanto, acompanhando o tempo do capital. Nesse contexto, pode ser destacada a agricultura voltada para a produção de soja, que está alinhada com a lógica capitalista, que para isso utiliza-se da informação para reduzir o tempo da natureza, artificializando-se, cada vez mais, pelo processo de produção em massa.

Novamente, resgatando Santos o qual reforça alguns aspectos da relação cidade-campo:

Veja-se, como exemplo, a relação cidade-campo, em que a atração entre subespaços com funcionalidades diferentes atende a própria produção, já que a cidade, sobretudo nas áreas mais fortemente tocadas pela modernidade, é o lugar da regulação do trabalho agrícola. No segundo caso, o das verticalidades, a solidariedade é obtida através da circulação, do intercâmbio e do controle. Vejam, como exemplo, as relações interurbanas. Trata-se de entender essas novas formas de solidariedade entre lugares, (SANTOS, 2012, p. 284).

Assim, as lavouras de soja e de arroz, dotadas de intenso uso de tecnologias e inserindo-se à lógica da modernidade, são exemplos de horizontalidades do espaço.

No que se refere à inter-relação entre lugares, pode-se destacar a solidariedade empresarial que participa da organização socioeconômica. O sistema cooperativo encontra-se contemplado nessa solidariedade, não esquecendo que a mesma está baseada na lógica do capital.

Segundo Santos, a região é a base para ocorrer os arranjos organizacionais:

Na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são horizontalidades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição (SANTOS, 2012, p. 285).

Assim, as regiões organizam-se e têm por base os distintos arranjos organizacionais. Por exemplo, no Planalto Gaúcho predomina a produção de soja. A lógica da transformação que dá unidade à região e o entendimento desse arranjo organizacional está na racionalidade atual, que compreende na agricultura a lavoura de soja centrada na contração do tempo, implicando em maximização da produção, superando o tempo lento da natureza.

Dessa forma, com todo o aparato tecnológico direcionado para a agricultura, os espaços tornam-se racionais, porque acompanham a organização espacial hegemônica. As cooperativas agropecuárias seguem a racionalidade urbana para atender às demandas de mercado satisfazendo a demanda internacional do mercado de *comodities*. Sendo assim, as administrações das cooperativas agropecuárias passam pela racionalidade empresarial com a finalidade do lucro passando pela gestão bem sucedida. Nesse sentido, o quesito gestão, passa a ser um fator decisivo para que todo o empreendimento se mantenha no mundo competitivo.

Outro ponto importante a se destacar é quanto à existência das redes serem inseparáveis da questão do poder e, aqui, inserindo nesse contexto as cooperativas agropecuárias e suas zonas de influências regionais que são inerentes à condição do poder com base na livre concorrência.

Nesse sentido, sobre a influência do poder nas estruturas organizacionais, Santos (2012, p. 271) enfatiza que:

(...) os sistemas de poder inerentes à ação das grandes organizações têm um papel importante na construção das estruturas organizacionais. Faltava acrescentar que a própria estrutura do espaço constitui uma condição fundamental ao exercício do poder e à natureza local ou regional desse poder. A palavra *poder* deve ser aqui reconhecida no sentido que lhe dão Taylor e Thrift, isto é, a capacidade de uma organização para controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização (SANTOS, 2012, p. 271).

As cooperativas agropecuárias, inseridas no contexto das redes, possibilitam uma nova organização espacial, admitindo a existência de novos caminhos para a organização e oferta de serviços que atendam às demandas do produtor rural e/ou associado e do mercado.

A produção no espaço rural, na atualidade, é uma forma para além do fordismo que não é mais apenas a produção em massa, mas conforme a demanda. Dessa forma, o tipo de produção agrícola é planejado de acordo com a necessidade de mercado e sua viabilidade segundo o espaço disponível para o seu cultivo, de cada produtor rural.

3. A RELAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA COM OS SURGIMENTOS DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

O contexto da modernização da agricultura proporcionou o aumento de áreas destinadas às lavouras de trigo e, posteriormente, de soja, e para viabilizar a produção dessas lavouras surgem as cooperativas agropecuárias. Essas organizações cooperativas que, ao longo de mais de 100 anos de evolução das ideias do cooperativismo, atingem, atualmente, as múltiplas formas de atividades cooperativadas. Assim, o cooperativismo atende às classes sociais de lados extremos, e isso parece ser uma ideia dupla e contraditória.

Para Gilvando Sá Leitão Rios, o cooperativismo agropecuário atende aos interesses dos diversos grupos da sociedade, sendo termo adequado para definir toda a atividade econômica organizada sob a forma coletiva.

Dessa maneira, tanto no agronegócio como na agricultura familiar, o cooperativismo é considerado um instrumento adequado. No primeiro caso, em termos organizacionais; no segundo em termos de promoção socioeconômica mediante

políticas de desenvolvimento. Um exemplo expressivo da produção agrícola moderna está no fato de as cooperativas disporem de mais de 30% da capacidade total de estocagem no Brasil, ou seja, 8,6 milhões de toneladas de um total de 38,5 milhões (RIOS, 2007, p. 13).

A atividade cooperativa ligada à produção de grãos apresenta significativa importância não apenas pela força da organização social dos produtores rurais em defesa de seus interesses, mas também pela capacidade de estocagem de grãos e de sua posterior comercialização.

Resgatando o contexto da modernização da agricultura, infere-se que, a partir de 1956, em função da mudança do padrão de acumulação no Estado, aquele período foi marcado pela estagnação econômica, descapitalização e retrocesso do setor rural, no qual a agricultura passou a absorver as tecnologias produzidas via setor industrial e isso repercutiu em endividamento dos agricultores. Este retrocesso foi mais intenso na produção de trigo, tornando-o menos participativo, como poupador de divisas (BEZZI, 1985).

Por outro lado, a diminuição de políticas para o desenvolvimento da triticultura foi um fator que despertou a organização dos granjeiros e também dos pequenos produtores de trigo para a criação das cooperativas para armazenar a produção. Já em 1956 estava organizada a Fundação das Cooperativas de Trigo (FECOTRIGO), a qual objetivava prestar assistência técnica, econômica e de infraestrutura ao produtor de trigo, visando minimizar a crise no setor (HEIDRICH, 2000). Nesse período surgem as Cooperativas Tritícolas no Estado como alternativa para a situação de recessão naquele momento.

Em meados dos anos de 1960, a atividade tritícola atravessou por um processo de decadência, passando a dispor de um grande número de máquinas e de terras ociosas. (CONCEIÇÃO, 1984; BEZZI, 1985).

Dentro dessa problemática, com a decadência parcial da cultura do trigo, o mesmo passou a coexistir com da cultura da soja que se torna decisiva para o crescimento da lavoura empresarial, conforme destaca Otávio Augusto Camargo Conceição, que:

Insere-se no Rio Grande do Sul, o aparecimento da soja como principal cultura de exportação, obtendo de 1950 a 1975 um extraordinário crescimento tanto em valor de produção como em quantidade produzida e área cultivada (CONCEIÇÃO, 1984, p. 8).

Somando-se ao aproveitamento dos mesmos recursos técnicos da lavoura de trigo, a cultura da soja expandiu-se rapidamente a partir de 1970. Além desses fatores, Francisco Carrion Júnior acrescenta que:

[...] o avanço rápido da lavoura empresarial da soja, através do binômio soja-trigo, estimulada por uma ampla gama de incentivos (preços elevados no mercado internacional, grande eficácia do sistema cooperativo na política de comercialização e difusão de técnicas, estímulos fiscais e política de financiamentos públicos, vantagens às indústrias ligadas ao setor e a alta capacidade de absorção do mercado internacional do produto), ocupa não só os espaços vazios da economia como cria pela primeira vez na história gaúcha uma forte liquidez dos imóveis rurais, o que por si só, [...], determina o fim do equilíbrio anteriormente existente nos demais setores (CARRION JÚNIOR, 1981, p. 34).

Além de aportes tecnológicos essenciais para a modernização na agricultura, outros fatores foram responsáveis pela expansão da soja no Rio Grande do Sul, dentre eles o preço, ressaltado por Conceição

É o fator que, em uma economia de mercado, orienta a decisão do agricultor ou produtor de expandir ou reduzir sua área cultivada com o produto. Entretanto, sendo a soja um produto essencialmente de exportação, os preços internos recebidos pelo produtor foram fixados exógenamente, determinados pela excelente cotação da soja no mercado internacional (CONCEIÇÃO, 1984, p. 29).

Paralelamente, tornou-se importante a produção de implementos agrícolas, devido à expansão da soja, constituindo-se um fator decisivo para a modernização agrícola e desenvolvimento regional. (CARRION JÚNIOR, 1981).

Desse modo, a lavoura empresarial da soja também associada à lavoura de trigo foram os principais agentes que contribuíram para a modernização na agricultura gaúcha.

De acordo com Igor Moreira “o desenvolvimento da indústria de óleos vegetais e, sobretudo os altos preços alcançados pelo produto no mercado internacional propiciaram uma grande expansão da sojicultura a partir dos anos de 1970”. Acrescenta-se ainda que, atualmente, a produção de soja insere-se nos novos moldes tecnológicos, com a inserção do plantio direto e da soja transgênica, permitindo a redução de custo da produção (MOREIRA, 2003).

Neste contexto de expansão da produção e consumo da soja, implanta-se o “micro” complexo agroindustrial, estruturado desde o complexo rural na agricultura

e toda a dinâmica do processo de modernização pautado pela fusão dos capitais agroindustriais (MARAFON, 1998).

Marafon elucidando este conceito diz que

[...] o Complexo Agroindustrial foi constituído e se expandiu através da modernização tecno-econômica da agricultura brasileira. [...] a dinâmica da agricultura brasileira encontra-se inserida em um novo padrão agrário instaurado a partir da década de cinquenta, com os processos de modernização e industrialização da agricultura até a constituição dos vários Complexos Agroindustriais, [...] (MARAFON, 1998, p. 49).

Nesse novo padrão de organização das atividades no setor agrário, a cultura da soja se insere, consolidando o “complexo soja”, que se concretizou na década de 70. De acordo com Leonel Mazzali o “[...] complexo soja foi favorecido por dois grandes fatores [...] a) a presença de uma conjuntura internacional extremamente favorável e, b) a intervenção marcante do Estado em todas as fases da cadeia produtiva da soja” (MAZZALI, 2000, p. 67).

Desta forma, insere-se a cadeia produtiva da soja como base para o estabelecimento do agronegócio brasileiro. De acordo com José Luiz Cesar da Silva entende-se por cadeia produtiva “[...] como um conjunto de elementos (“empresas” ou “sistemas”) que interagem em um processo produtivo para oferta de produtos e de serviços ao mercado consumidor” (SILVA, 2005, p.1).

Segundo Antônio Maria Gomes Castro (2000), a cadeia produtiva se constitui em um conjunto de variáveis que interagem entre si, incluindo desde os sistemas produtivos, os fornecedores de insumos e serviços, as indústrias de processamento e transformação, os agentes de distribuição e comercialização, até os consumidores finais (CASTRO, 2000).

Pode-se afirmar então que são diversas atividades econômicas que constituem a cadeia produtiva da soja, abrangendo desde os fornecedores de insumos até o consumidor final. O setor produtivo é o eixo de toda a cadeia por dinamizar e interligar os demais segmentos. O setor de insumos, anterior à unidade produtiva, viabiliza a produção agrícola. No setor de insumos, encontram-se a produção de sementes, a indústria de máquinas e de equipamentos, a indústria de fertilizantes, os corretivos, os defensivos agrícolas e os combustíveis.

Nesse sentido, para o entendimento da rede que compõe a base para o agronegócio nos remetemos ao enfoque sistêmico, pois a atividade agrícola interage com os demais elementos do negócio agrícola. Tem-se uma cadeia, uma rede produtiva formada pelos fornecedores de insumos, com os serviços de apoio, bem como com os demais elementos (CASTRO, 2000).

Castro reforça a ideia sobre a cadeia produtiva e o agronegócio, assim

O agronegócio compõe-se de cadeias produtivas, e, estas possuem entre seus componentes, os sistemas produtivos que operam em diferentes ecossistemas ou sistemas naturais. Operando como contexto, existe um conglomerado de instituições de apoio, composto de instituições de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras, e um aparato legal e normativo, exercendo forte influência no desempenho do agronegócio (CASTRO, 2000, p.4).

Para o agronegócio da soja, é necessária uma infraestrutura composta pelos serviços de apoio que apresentam conexão com o agricultor, sendo formada pelos serviços agronômicos, pela pesquisa e desenvolvimento (P&D), pelos serviços bancários, pelo marketing, pelas vendas, pelo transporte (via rodovias, ferrovias e hidrovias), pelos armazéns através das cooperativas agropecuárias, pelas empresas cerealistas particulares, pelos portos necessários para o escoamento da exportação de grãos, pela assistência técnica, pela bolsa de valores que direciona o agronegócio da soja, dentre outros serviços.

As cooperativas, em especial, passaram a atuar no ramo do agronegócio como facilitadoras no processo de industrialização do meio rural, tanto da sua produção agrícola quanto do fornecimento de sementes, fertilizantes e defensivos. Além disso, as cooperativas são as principais responsáveis pela implantação da infraestrutura de armazenagem, de transportes e de comercialização da produção (HEIDRICH, 2000).

Ao se observar a estrutura e funcionamento do agronegócio, esse nos induz pensar a cadeia produtiva de forma competitiva e também refletir sobre a produção agrícola não de forma isolada. Deve-se considerar que a maioria das empresas que estão envolvidas no agronegócio são empresas multinacionais, que exercem grande poder de barganha tanto nos insumos como na comercialização dos grãos (MEGIDO; XAVIER, 2003).

Sendo assim, as cooperativas constituem-se na principal conexão entre os produtores rurais e as empresas multinacionais, no que se refere ao recebimento de grãos e à comercialização dos mesmos e, ao fornecimento de insumos, aos fertilizantes, aos defensivos agrícolas e às sementes.

Na figura 1, estão representados os fluxos presentes no Complexo Agroindustrial Soja. Quanto aos fluxos a montante, encontram-se as etapas das tomadas de decisões, as quais geralmente ocorrem nos centros econômicos e políticos do país, e os investimentos, para obter recursos financeiros destinados à lavoura da soja. Pode-se considerar também, nesta etapa, o monitoramento do

outros nem tanto positivos ao processo de organização do espaço rural. Ao mesmo tempo em que o processo de modernização tecnológica fez retrair a mão de obra nas atividades agrárias, trouxe o avanço das técnicas de produção das lavouras e também da pecuária, tendo como sustentação a informação.

Conforme Queiroz, destaca a mudança de papel no campo onde ocorre a subordinação do campo à cidade:

Nas sociedades agrárias, cidade e campo coexistem, mas o campo domina a cidade, embora esta o organize e seja seu centro administrativo; a dominação é demográfica e econômica. Nas sociedades urbanas, a coexistência também se verifica entre campo e cidade, porém a cidade domina o campo, que passa para um plano secundário, demográfica e economicamente (QUEIROZ, 1978, p. 48-49).

Esse processo de transição da sociedade agrária para a urbana implicou, dentre as diversas mudanças, a modernização do campo que ainda está muito ligada a revolução verde chamada de revolução clássica. Revolução que proporcionou crescimento na produtividade e na lucratividade agrícola, e por outro lado, marcada pelo êxodo da população do campo e, esse processo continua provocando ainda mais o esvaziamento demográfico, envelhecimento e masculinização da população do campo. Também está ocorrendo a taperização das propriedades devido ao envelhecimento dessa mão de obra, ou seja, os filhos que saem para estudar geralmente não voltam para o campo, e os pais, quando aposentados, procuram os recursos mais próximos da cidade, abandonando a atividade da agricultura.

Os dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010, quadro abaixo, a população rural representa apenas 15,62% da população do Brasil, reforçando a tendência do processo da taperização do campo e do modo de vida urbano (Quadro 1).

Quadro1- Distribuição da população urbana e rural no Brasil no censo demográfico 2010.

População Residente	Total de Habitantes
População Urbana	160.925.792
População Rural	29.830.007
Total População	190.755.799

Fonte: www.ibge.gov.br/censodemografico, 2010.
Org. CARGNIN, M; 2013.

Aspectos como relevo, principalmente nas áreas mais íngremes, adesão aos processos mecanizados, tipos de cultivos agrícolas e o paternalismo muito presente nas atividades agrícolas são os principais responsáveis pela masculinização da mão de obra no campo. Na atualidade, face às crises econômicas ocorridas em alguns países, esses aspectos passam a influenciar os índices de crescimento mundial, afetando principalmente a manutenção dos postos de trabalho na cidade.

Há uma tendência de o jovem buscar a formação profissional nas universidades e, por falta de opção de trabalho na cidade, depois de formado, retornar à atividade rural. Isso se verifica não somente para aquelas profissões relativas ao rural, tornando-se a opção mais racional, e isso vem acontecendo também em países da Europa como Portugal e Espanha (GLOBO RURAL, 2013).

Tais fatos demonstram a indissociabilidade das relações campo e cidade e, a complementaridade das necessidades da divisão do trabalho, embora a cidade domine o campo no que diz respeito às tecnologias e às demandas de gêneros agrícolas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas no campo e na cidade são resultantes de transformações provocadas pelo modo de vida urbano-industrial. A produção no campo não podia mais acompanhar o tempo da natureza, pois a demanda do mercado exigia um tempo acelerado. Nesse sentido, o campo passou a incorporar a modernização nas suas atividades para aumentar a produção e diminuir o tempo da produção. Assim, com a introdução de máquinas, implementos, equipamentos, técnicas sofisticadas e insumos modernos houve gradativamente o aumento da produção agrícola, bem como, a transformação da agricultura tradicional em agricultura moderna.

Assim, alguns pontos podem ser percebidos nas relações entre o campo e a cidade, ou seja, a influência do modo de vida urbano no campo. Pode-se observar que o modo de vida urbano instalado no campo trouxe melhorias nas condições de vida da população do campo, visível no aumento da expectativa de vida, nos níveis de conforto de suas habitações, além das melhorias das condições de transporte e de trabalho.

Sabemos que as condições do modo de vida urbano não contemplaram a todos no campo e que, em determinados lugares, intensificaram-se as diferenças socioeconômicas, tanto no campo como entre o campo e a cidade. Por isso, cabe também constatar que, como reflexo do processo da modernização da agricultura, os

produtores rurais passaram a organizar-se com a criação de cooperativas, iniciando-se no planalto do Rio Grande do Sul com a lavoura de trigo e, posteriormente, intensificando-se com a lavoura de soja, para garantir dentre os distintos interesses, o armazenamento e a comercialização das suas produções agrícolas.

As organizações cooperativas participam da organização socioeconômica do espaço em que estão inseridos fortalecendo as relações entre o meio rural e o urbano. Cada empreendimento cooperativo toma parte de um território e passa a desempenhar sua função, por exemplo, na divisão e especialização do trabalho. O que impulsiona a organização do trabalho rural é a informação que, aliada à técnica torna-se imprescindível para o trabalhador que vive nesse meio permaneça na atividade. Somando-se a isso, a agricultura faz uso de alta tecnologia e há uma indústria voltada para isso, possibilitando à agricultura brasileira ser uma das mais evoluídas no mundo em termos de tecnologia.

E, para finalizar, as relações que se estabelecem entre o campo e a cidade influenciam diretamente na agricultura. Nesse sentido, as cooperativas passaram a atuar como facilitadoras no processo de industrialização do meio rural, tanto na organização da produção agrícola quanto no fornecimento de sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas. Sendo assim, as cooperativas agropecuárias constituem-se na principal conexão entre as atividades do campo e as atividades da cidade, representando as empresas multinacionais no que se refere ao fornecimento de insumos para a lavoura.

REFLECTION ON THE RELATIONS BETWEEN COUNTRY AND CITY UNDER THE PERSPECTIVE OF MODERNIZATION IN AGRICULTURE

ABSTRACT

The transformations in the country are perceived, not needing many previous activities developed expertise in this space, because the landscape undergoes changes all the time. Urban agents become responsible for these changes of country life. In this sense, the article seeks to develop a reflection of the relationship of urban areas with rural areas. It is understood that, from the moment in which man admits compose the urban society, we understand their influence on the artificiality of the spaces. The rural / urban interface can not be studied in a decoupled way, because after the event industrialization ties between the farming and the city have become interdependent. With modernization, it became possible to boost agricultural production via artificiality of time steps of nature with the use of techniques and massive use of mechanized farming. Thus, cooperatives, in particular, began to operate in the agribusiness sector as facilitators in the process of rural industrialization, being mainly responsible for the implementation of infrastructure for storage, transportation and marketing of production. However, the improvement in the conditions of the urban lifestyle does not include everyone in rural areas, and may

intensify socioeconomic differences.

KEYWORDS: Modernization in agriculture. Rural. Town. Agricultural cooperative.

LA INFLUENCIA DE LAS RELACIONES DEL CAMPO Y LA CIUDAD SOBRE EL ÁMBITO DE LA MODERNIZACIÓN EN LA AGRICULTURA

RESUMEN

Las transformaciones en el campo son percibidas, no necesitando muchos conocimientos previos de las actividades desarrolladas en ese espacio, pues el paisaje pasa por alteraciones a todo momento. Los agentes urbanos se convierten en responsables por tales alteraciones de la vida en el campo. En ese sentido, el artículo busca realizar una reflexión de la relación del espacio urbano con el espacio rural. Se entiende que, a partir del momento en que el hombre admite componer la sociedad urbana, se comprende su influencia en la artificialización de los espacios. La relación campo/ciudad no puede ser estudiada de forma disociada, pues tras el evento de la industrialización los lazos entre las actividades del campo y las de la ciudad se tornan interdependientes. Con la modernización, se volvió posible potencializar la producción agrícola vía artificialización de las etapas del tiempo de la naturaleza con uso de técnicas y uso masivo de mecanización agrícola. Con eso, las cooperativas, en especial, pasaron a actuar en el ramo del negocio agronómico como facilitadoras en el proceso de industrialización de lo rural, convirtiéndose en las principales responsables por la implantación de la infraestructura de almacenaje, transportes y comercialización de la producción. Mientras tanto, la mejora en las condiciones del modo de vida urbano no contempla a todos en el espacio rural, pudiendo ser intensificadas las diferencias socioeconómicas.

PALABRAS- CLAVE: Modernización en la agricultura. Campo. Ciudad. Cooperativa agropecuaria.

REFERÊNCIAS

- BRUM, Jacob Argemiro. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1988.
- BEZZI, Meri Lourdes. São Borja, **Transformações no Espaço Agropecuário:** O Processo de Despeculiarização. 1985. 222f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.
- CARRION JÚNIOR, Francisco. M. **RS:** Política Econômica e Alternativas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- CASTRO, Antônio Maria Gomes. **Análise da competitividade de cadeias produtivas.** Manaus: EMBRAPA, Ago. 2000, Disponível em: <<http://www.temasemdebate.cnpem.br/textos>>. Acesso em: 29 jan. 2008.

- CONCEIÇÃO, Otavio Augusto Camargo. **A Expansão da Soja no Rio Grande do Sul (1950 – 75)**. Porto Alegre: FEE, 1984.
- GLOBO RURAL. **Jovens Portugueses buscam trabalho na agricultura**. Disponível em <<http://globovtv.globo.com/rede-globo/globo-rura/v/jovens-portugueses-buscam-trabalho-na-agricultura/2704627>> Acesso em: ago. 2013.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio**: Geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/> Acesso em: abr. 2013.
- LEFEBVRE, Henri. Da cidade à sociedade urbana. In: LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte. Ed. da UFMG, 1999, p. 15 – 32.
- MARAFON, Gláucio José. **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul**. 1998. 225f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: Do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000. (Coleção Prismas/PROPP).
- MEGIDO, José Luiz Tejon; XAVIER, Coriolano. **Marketing & Agribusiness**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MOREIRA, Silva Vinícius. **Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos-RS: da pecuária extensiva a agricultura familiar**. 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.
- MOREIRA, Igor. **O Espaço Rio-Grandense**. São Paulo: Ática, 2003.
- QUEIROZ, Maria Izaura P. Do rural e do urbano. In: QUEIROZ, Maria Izaura P. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro. Livros técnicos e científicos/USP. 1978, p. 46 – 67.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos).
- SANTOS, Milton. Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec. 2012.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- SILVA, José Luiz César da. **Cadeia produtiva de produtos agrícolas**. Boletim Técnico: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. Disponível em: <<http://www.agais.com/ms0105.pdf>> Acesso em: 29 jan., 2008.

Data de recebimento: 02/10/2015

Data de aceite: 18/12/2015